

EDITORIAL

Este número temático da revista HISTEMAT apresenta os artigos debatidos e posteriormente revisados pelos autores no VII SIPEM (Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática), em novembro de 2018. No seminário, o Grupo de Trabalho em História da educação matemática (GT -15) fez a primeira reunião após sua criação no âmbito da SBEM, em 2016. Em sua maioria, os autores dos artigos pertencem aos diferentes grupos de pesquisa que se vinculam ao GT: GECEM (Grupo de Estudos Contemporâneos em Educação Matemática); GHEMAT – Brasil (Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil); GHOEM (Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática); GPEP (Grupo Potiguar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Matemática); HIFEM (História e Filosofia da Educação Matemática).

Os artigos revelam as diferentes bases teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores da História da educação matemática, oferecendo a oportunidade para se refletir e questionar potencialidades e limitações de cada uma delas. História Cultural, História Oral, Perspectiva sócio histórica são algumas das referências mobilizadas.

Os saberes matemáticos como objeto do ensino e da formação dos professores que ensinam matemática são o tema de um conjunto de trabalhos identificados a seguir. As articulações entre os Trabalhos Manuais e a Geometria na escola primária do final do século XIX são analisadas no artigo de Frizzarini e Leme da Silva. Tomando como delimitação o contexto do então Distrito Federal, consideram-se o programa do ensino primário de 1890 e outras publicações que suportaram as práticas escolares no período e na localidade, como a revista *Pedagogica* e livros didáticos. Destaca-se a atuação profissional de Olavo Freire da Silva, “reconhecido professor de Trabalhos Manuais e sua obra para o ensino de geometria: “Primeiras Noções de Geometria Prática”.” As autoras concluem que a matéria Trabalhos Manuais tinha como finalidade o fazer (adestramento dos olhos e das mãos) e a reprodução de figuras geométricas utilizando saberes da Geometria sem necessariamente ter como objetivo o ensino desse saber.

Magalhães analisa o saber Desenho prescrito na legislação mineira, particularmente a Reforma João Pinheiro (1908), que introduz o modelo dos grupos escolares em Minas Gerais. O texto se orienta em torno de questões que tratam das concepções de ensino para o Desenho em nível primário e normal analisando em que medida as indicações legais encaminhavam a formação em termos de um ensino utilitário, voltado para a vida cotidiana, sem a preocupação maior com a continuidade dos estudos – caracterização rudimentar; ou propedêutico, próximo do campo de referência do saber científico, tendo a abstração como finalidade – caracterização

elementar. As conclusões indicam que o ensino de Desenho possuía um caráter rudimentar, cuja finalidade era a formação profissional.

As referências de uma professora primária, da cidade mineira de Juiz de Fora, para o ensino de Geometria no período marcado pela Matemática Moderna são analisadas no texto de Mendonça. Com base em documentos do arquivo pessoal da professora, programas de ensino, livros de texto, cadernos, entre outros documentos, e conversas com a professora, o autor observa que há referências ao MMM quanto à teoria dos conjuntos, o uso da simbologia, o apelo às justificativas das propriedades. Contudo, uma marca para o ensino de Geometria à época, as noções topológicas parecem não ter feito parte do repertório da professora.

Buscando “capturar métodos, didáticas, orientações pedagógicas que possam ser lidas como integrantes do movimento de constituição dos saberes profissionais do professor que ensina matemática”, Bertini e Rocha analisam a proposta de Tito de Oliveira em sua obra de aritmética das primeiras décadas do século XX. Nela, elementos de álgebra são mobilizados para o ensino das operações. A álgebra, nessa perspectiva, não só auxilia na resolução dos problemas contidos no manual didático como também participa na definição dos tipos de problemas ali contidos.

Souza e Flores examinam a educação financeira entendida como “um regime de saber, um conjunto de regras, discursivas e não discursivas, de modos de subjetivação” presente em livros didáticos das décadas de 1950, 1960 e da atualidade buscando compreender historicamente a emergência do tema nas propostas curriculares atuais.

Outros três trabalhos discutem a formação de professores que ensinam matemática ou a inserção da História da educação matemática nessa formação. Garnica apresenta o projeto de mapeamento da formação de professores que ensinam/ensinaram matemática desenvolvido pelo GHOEM (Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática). São explicitados princípios da proposta de mapeamento dada a natureza de pesquisa contínua e flexível “(quanto aos temas, fundamentações e metodologias)”, embora haja um privilégio para História Oral (HO). O fazer histórico defendido toma a pesquisa qualitativa como referência primeira e apresenta-se a concepção de matemática a partir de elaborações teóricas advindas do campo da Educação Matemática.

A educação matemática inclusiva é tema do texto de Baraldi, que apresenta pesquisas já concluídas que tematizam a inclusão em aulas de matemática e que, mesmo “de uma forma indireta”, possibilitam “construir uma história da educação matemática (inclusiva)”. Já o artigo de Silva apresenta “algumas contribuições da História Oral como abordagem pedagógica para processos formativos de professores de matemática.”

O texto de Bortoli e Rodrigues discute as possibilidades do uso da História da Matemática e da educação matemática na formação de professores do Ensino Fundamental II. Por meio de ideias e referências da História da Matemática, como o

papiro Rhind, e da História da educação matemática é abordado o conceito de área com professores do interior do estado de São Paulo, utilizando materiais e o software geogebra.

A questão metodológica tem destaque nos dois trabalhos seguintes. A metodologia da hermenêutica da profundidade é discutida a partir do texto de Salandim, que apresenta pesquisas desenvolvidas no âmbito do GHOEM sobre livros didáticos de matemática.

Costa e Fusaro Pinto fundamentam “aproximações possíveis entre as teorias de currículo e da história oral” com o intuito de posteriormente desenvolver uma pesquisa histórica sobre o primeiro currículo de formação de professores de matemática a distância do Brasil, constituído na Universidade Federal Fluminense no início dos anos 2000.

E ainda, Cardoso e Gutierre apresentam uma caracterização genealógica dos educadores matemáticos na UFRN, construindo as árvores genealógicas que permitem a constituição da Educação Matemática inicialmente como linha de pesquisa para posterior consolidação como Programa de Pós-Graduação.

Os monumentos arquitetônicos são analisados por Moura como fontes para a História da educação matemática. São particularmente apresentados dois casos que discutem o ensino de matemática em escolas profissionalizantes no início do século XX no Brasil.

Por fim, Kleine apresenta um estudo sobre os cursos secundários que antecedem o ensino superior, atualmente denominado ensino médio, num período de 75 anos, considerando prioritariamente as normatizações. Discute-se a identidade, ou a falta dela, nesses cursos “prevalecendo a dicotomia entre a formação propedêutica e a profissionalizante.”

Cabe destacar que o conjunto de artigos sistematizados nesta edição representam, em certa medida, as produções historiográficas realizadas pelos diferentes grupos de pesquisa em História da educação matemática no Brasil.

Boa leitura!

Maria Cristina Araújo de Oliveira

(Editora convidada)